

Gênero, clima e território: evidências do projeto “Mulheres pela Justiça Climática” no MA-PI

RESUMO

Introdução

A crise climática aprofunda desigualdades e incide com maior severidade sobre mulheres rurais. Este estudo examina o projeto “Mulheres pela Justiça Climática” em territórios do Maranhão e Piauí, analisando como práticas de gestão social, agroecologia e organização produtiva articulam cuidado ambiental, geração de renda e participação política. O caso discute convergências entre gênero, clima e território e os limites/possibilidades de políticas públicas sensíveis a gênero.

Problema de Pesquisa e Objetivo

Problema: de que modo arranjos territoriais liderados por mulheres convertem a agenda de justiça climática em resultados de organização produtiva e incidência nas políticas locais? Objetivo: analisar estratégias do projeto (mobilização, diagnóstico, formação, planos locais e redes) e seus resultados iniciais, discutindo aderências, lacunas e condições de escalabilidade no âmbito das políticas de sustentabilidade.

Fundamentação Teórica

Ancoramos em justiça ambiental/climática como redistribuição, reconhecimento e participação (Acselrad, Mello e Bezerra, 2009); na ecologia integral, que vincula degradações social e ecológica (Francisco, 2015); e na racionalidade ambiental, que valoriza saberes territoriais e a reapropriação social da natureza (Leff, 2006). Articulamos ainda a agenda gênero-clima, com políticas e métricas responsivas a gênero para adaptação/mitigação (UN Women, 2020).

Metodologia

Estudo qualitativo de caso único com unidades incorporadas (comunidades/organizações no MA-PI). Fontes: documentos institucionais; formulários de cadastro de beneficiárias; plano/execução financeira; observação participante; documentação pública do chamamento federal. Procedimentos: análise temática e triangulação entre categorias analíticas e evidências empíricas geradas durante a execução do projeto.

Análise e Discussão dos Resultados

Evidências: mobilização e diagnóstico participativo; fortalecimento de coletivos e lideranças; planos locais com práticas agroecológicas; redes de cooperação e comercialização; ganhos de voz e reconhecimento em arenas públicas; barreiras de acesso a ATER, crédito, logística e mercados. Os achados apontam incrementos de resiliência e capacidade de incidência, mas dependem de coordenação intersetorial e financiamento continuado.

Considerações Finais

Arranjos de gestão social liderados por mulheres mostram potencial para traduzir justiça climática ao articular produção de alimentos, cuidado ambiental e participação política. Recomenda-se: integração com ATER e compras públicas; financiamento plurianual; indicadores de gênero e justiça climática em programas climáticos; governança multinível com participação vinculante. Limitações: projeto em curso e ausência de contrafactuais.

Referências

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. LEFF, E. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. FRANCISCO. Laudato Si’: sobre o cuidado da casa comum. Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2015. Disponível em: <https://www.vatican.va/> UN WOMEN. Gender, climate and security: sustaining inclusive peace on the frontlines of climate change. New York: UN Women, 2020. Disponível em: <https://www.unwomen.org/> BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura F

Palavras-Chave: Justiça climática / Mulheres rurais / Gestão social